

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 643 - Brasília, quarta-feira, 4 de março de 1998

Krause anuncia no Senado plano contra desmatamento

Reconversão das áreas degradadas da Amazônia baseia-se em políticas ambiental e agrícola, informa o ministro na CAS, em audiência pública que contou com a presença também de José Israel Vargas e do presidente do Ibama



Quintanilha (C), entre os ministros José Israel Vargas e Gustavo Krause, preside o debate promovido pela CAS sobre o desmatamento

A adoção de um plano de desenvolvimento agrícola para reconversão de áreas degradadas da Amazônia, que contempla, ao mesmo tempo, as políticas ambiental e agrícola, é uma das principais medidas para o combate ao desflorestamento anunciadas ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Participaram da audiência pública, também, o ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, e o diretor do Inpe, Márcio Nogueira Barbosa. O presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins, analisou na CAS as principais razões do desflorestamento da Amazônia. **Páginas 4 e 5**

Plenário aprova proteção a cavernas

O Senado aprovou ontem substitutivo da senadora Marina Silva a projeto de lei da Câmara que regula a proteção e a utilização das cavernas. A realização de atividades de turismo e lazer, sem a licença do órgão competente, poderá acarretar multa de R\$ 100 a 1 mil. **Página 2**

Senadores condenam demissões

Antonio Carlos Magalhães e Josaphat Marinho lamentam demissões no Excel-Econômico. **Pág. 6**

CCJ analisa extensa pauta hoje

Uma das propostas em exame abre a participação no setor de saúde. **Pág. 3**



Ao aprovar o projeto, o plenário tenta evitar a depredação dos recursos naturais do país

Projeto de lei estabelece restrições para os usos científico, econômico, de lazer e turístico das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional

Aprovada proteção às cavernas

O plenário do Senado aprovou ontem, na forma de substitutivo apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC), projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), que regula a proteção e a utilização das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

O projeto, que voltará a ser apreciado pela Câmara, estabelece restrições para os usos científico, econômico, de lazer e turístico das cavernas e seu entorno, atividades que só poderão ser desenvolvidas mediante permissão, autorização ou licença da autoridade competente, a ser definida em regulamentação pelo Executivo. Apenas atividades de visitação esporádica de caráter esportivo, científico exploratório ou educacional estão liberadas da devida autorização.

Marina Silva explicou que as alterações ao projeto original não incidiram sobre seu mérito, cujo espírito e orientação foram mantidos. No entanto, com sete anos de tra-



O plenário do Senado acatou o projeto substitutivo apresentado por Marina Silva

mitação no Congresso, mais de seis deles na Câmara, o projeto exigiu uma atualização que o colocou em consonância com a evolução conceitual ocorrida na área de meio ambiente, acelerada após a Eco-92. Além disso, o substitutivo introduziu procedimentos objetivos de parceria e aperfeiçoou a tipificação de crime e infrações, disse.

Para garantir a manutenção do equilíbrio ecológico e da integridade física das cavernas naturais subterrâneas, o projeto torna obrigatória a elaboração de estudo de impacto am-

biental previamente ao desenvolvimento de quaisquer atividades e determina a implantação do Cadastro Nacional do Patrimônio Espeleológico.

Ainda conforme o projeto, todos os usuários de recursos naturais ficam obrigados a notificar a existência de cavernas em suas áreas de atuação. Caberá ao poder público, por outro lado, a criação de unidades de conservação ou outras formas de acatamento e proteção das cavernas relevantes e em risco iminente de destruição.

A utilização de cavernas implicará crime - sujeito a penali-

dades de detenção de seis meses a três anos, mais multa - se resultar na destruição total ou parcial das cavidades naturais subterrâneas. Exceto nos casos previstos, o projeto define como infração os seguintes atos, desde que realizados sem autorização, permissão ou licença devidas:

realização de estudos e de práticas de turismo e lazer nas cavernas, multa de R\$ 100 a R\$ 1.000; retirada de material biológico, geológico, arqueológico ou paleontológico, multa de R\$ 300 a R\$ 5.000; desenvolvimento de atividades na área de influência de cavernas, colocando-as em risco de destruição, multa de R\$ 500 a R\$ 100 mil. Nos casos de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o projeto tem o mérito de se fixar mais em medidas preventivas que punitivas. Ele exemplificou essa orientação com dispositivo do projeto prevendo que autoridades competentes omissas ou comprovadamente negligentes na aplicação das medidas de prevenção e punição também ficarão sujeitas às penalidades tipificadas no projeto.



Um ano sem Darcy Ribeiro

Sessão especial lembra Darcy Ribeiro

Hoje, quando se completa um ano do falecimento do senador Darcy Ribeiro, o Senado realizará sessão especial em homenagem à sua memória, conforme requerimento encabeçado pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), aprovado ontem pelo plenário.

O Dia Internacional da Mulher, que este ano será comemorado no próximo domingo, será o tema da sessão especial de amanhã.

No dia 25 deste mês, conforme requerimento encabeçado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), o Senado homenageará o líder comunista Luís Carlos Prestes.

O plenário do Senado também aprovou a realização, no dia 7 de abril, de sessão especial dedicada a comemorar os 50 anos de existência da Organização dos Estados Americanos (OEA). A proposta é de iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h30 - Recebe o presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Romano Prodi

12h30 - Recebe uma comissão de ex-moradores do edifício Palácio II - Barra da Tijuca/RJ

13h30 - Participa de almoço em homenagem ao presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Romano Prodi

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

17h - Participa de Cerimônia de Condecoração da Ordem do Mérito Militar. Setor Militar Urbano

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: O tempo da Hora do Expediente será destinada a homenagear a memória do ex-senador Darcy Ribeiro. Terceiro e último dia de discussão da reforma administrativa - "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/1995, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto

obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatórios de cargos executivos; "PEC nº 58/1995, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: "Requerimento do senador Eduardo Suplicy, solicitando a realização pelo Tribunal de Contas da União de uma tomada de contas especial junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe; e "Requerimento do senador Ernandes Amorim solicitando a constituição de uma subcomissão composta por três senadores, acompanhados de três assessores e três técnicos em orçamento e licitação do Senado com o objetivo de realizar um procedimento fiscalizador dos recursos federais repassados ao governo de Rondônia. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Programação da agenda para os trabalhos de 98; e proposta inicial para viagem ao estado do Ceará. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

4 a 13.3.98

"Semana da Mulher". Senado Galeria (Corredor que liga o Anexo I ao Edifício Principal do Senado Federal)

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (05.03.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias do isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representantes do corpo discente

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade



Simon: revisão obrigatória de IR



Campos quer proteger viúvas



Alcântara propõe fotos em cartões

Comissão discute participação de empresas estrangeiras no setor de saúde e a inclusão de pessoas solteiras entre beneficiários de impenhorabilidade

CCJ analisa projetos e emendas à Constituição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje, às 10h, para analisar extensa pauta. Uma das matérias é a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), permitindo a participação de empresas ou capi-

Projeto de Simon estabelece revisão obrigatória da declaração de imposto sobre a renda de detentores de mandato eletivo

tais estrangeiros na assistência à saúde no país.

A comissão deverá apreciar ainda, entre outros projetos, o que dispõe sobre a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), e o que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divor-

ciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida por lei, proposto pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

Outras propostas que poderão ser analisadas pela CCJ dispõem sobre a obrigatoriedade de as empresas operadoras de cartões de crédito oferecerem foto digitalizada em seus cartões, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE); a autorização à União para doar imóvel rural ao município de Irineópolis, em Santa Catarina, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), além do que disciplina a apresentação e a divulgação do relatório resumido da execução orçamentária, do senador Edison Lobão (PFL-MA).

TRABALHO INFANTIL

Já a CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se às 17h para discutir a agenda da comissão para

1998 e planejar viagem a Fortaleza, Ceará. Os senadores e deputados membros da CPI farão diligências em municípios daquele estado para investigar o trabalho de crianças e adolescentes.

Veículos transmitem ao vivo votação

A discussão e a votação de várias propostas importantes pela Comissão de Constituição e Justiça serão transmitidas, ao vivo, pela Rádio e pela TV Senado, a partir da 10h de hoje.

Entre as matérias, está a proposta de emenda à Constituição que visa permitir a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

Construção é tema de debate na TV Senado

A responsabilidade técnica e a utilização de materiais de qualidade na construção civil serão alguns dos assun-

tos em debate hoje, na TV Senado, pelo senador João Rocha (PFL-TO) e pelo deputado federal Luís Roberto Ponte

(PMDB-RS), que foi presidente da Confederação Nacional da Construção Civil. O programa vai ao ar às 19h30.

Suplicy quer regulamentar a imunidade com rapidez

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, maior celeridade na tramitação de três propostas de emenda constitucional que regulamentam o instituto da imunidade parlamentar. A seu ver, o clamor popular contra procedimentos de parlamentares que ferem o decoro necessário ao exercício do mandato exige uma resposta do Congresso.

Segundo o senador, duas das propostas em tramitação - de autoria dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) - prevêem que os parlamentares podem ser processados criminalmente sem licença do plenário. Além dessas, tramita também proposta do relator da comissão especial sobre a reforma político-partidária, Sérgio Machado (PSDB-CE).

- A imunidade parlamentar diz respeito às ações de deputados e senadores no exercício de seus mandatos, sobretudo opinião e voto. Outra coisa é o abuso desse instituto - enfatizou o senador.

TOMADA DE CONTAS

Suplicy também solicitou que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize tomada de con-



Suplicy: resposta do Congresso

tas especial junto à Comissão Permanente de Licitação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em requerimento dirigido ao presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador João Rocha (PFL-TO), Suplicy afirma que, conforme documentação por ele recebida e de acordo com queixas de concorrência desqualificada em licitação, "houve por parte do Inpe uma eventual condução parcial do processo licitatório relativo à execução de projeto, fabricação, integração, montagem, testes e qualificação de um conjunto de plataformas multimissão dos satélites da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), constituído de uma unidade principal e duas unidades opcionais".

Sancionada lei que pune lavagem de dinheiro

A lei que pune a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de tráfico de drogas, terrorismo e contrabando, entre outros atos ilícitos, foi sancionada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A medida, de iniciativa do Executivo, havia sido aprovada pelo Senado durante a convocação extraordinária.

Prevê-se pena de três a 10 anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores resultantes de crime de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, extorsão mediante seqüestro, crimes contra a administração pública ou contra o sistema financeiro nacional, ou ainda os delitos praticados por organização criminosa.

Outra novidade contida nessa lei é a do instituto da *colabora-*

ção espontânea, segundo o qual o juiz poderá reduzir ou mesmo deixar de aplicar a pena restritiva de liberdade, ou substituí-la por pena alternativa, se o autor, co-autor ou partícipe do crime de lavagem de dinheiro ajudar na apuração das infrações e na localização de bens relacionados ao delito.

De acordo com a lei, serão observados critérios rígidos quanto à identificação de clientes e manutenção de registros de suas transações para as pessoas jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de instrumento cambial; a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro; ou a emissão e negociação de títulos ou valores mobiliários.

DESMATAMENTO

CAS promove debate de quatro horas com ministros

Durante quase quatro horas de debates, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reuniu-se, em audiência pública na manhã de ontem, para discutir o desmatamento na Amazônia. Estiveram presentes os ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, e José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, além do presidente do Ibama, Eduardo Martins, e do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio Nogueira Barbosa.

Sob a presidência do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), os senadores debateram uma política de desenvolvimento para a Amazônia, depois de ouvir os expositores que apresentaram os índices de desflorestamento na região referentes aos períodos de 1995-1997 e que foram anunciados em janeiro pelo Inpe e Ibama.

A senadora Marina Silva (PT-AC), autora do requerimento da audiência, enfatizou a necessidade de investimentos para dar alternativas de sobrevivência aos 20 milhões de amazônicos. Ela lembrou ainda que o zoneamento ecológico/econômico é a melhor solução para as atividades extrativistas da região. Para o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), falta apoio do governo federal aos pequenos fazendeiros, que se ressentem da falta de crédito nos bancos para o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia.

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse que estuda a Amazônia há mais de cinco anos pela universidade e também defendeu a criação de uma política sustentável para a região. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou as autoridades presentes com relação ao Imposto Territorial Rural (ITR) e solicitou explicações sobre quem seria responsável pelo desmatamento na Amazônia, já que foi relatado pelos expositores, segundo ele, que não haveria base técnica para responsabilizar os pequenos agricultores e assentados pela desflorestamento.



O ministro José Israel Vargas (de óculos) fala aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

Inpe terá satélite para um monitoramento mais eficaz

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio Nogueira Barbosa, informou na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais sobre desmatamento na Amazônia que em setembro ou outubro próximo será lançado o satélite China-Brazil Earth Resources, que garantirá ao Brasil mais autonomia e imagens mais baratas.

Ele informou ainda que em 1999 deverá estar disponível o primeiro satélite brasileiro de observação contínua colocado na região equatorial, que permitirá imagens a cada hora e meia, possibilitando ações de fiscalização em tempo real. Márcio Barbosa apresentou vários gráficos, como o relativo às áreas críticas para a estimativa de 1997. Essas áreas foram selecionadas de forma a cobrir os locais onde, nos últimos anos, foram observados aproximadamente 75% da taxa de desflorestamento bruto. De acordo com esse gráfico, o desflorestamento total, em 1995, foi de 29.050 quilômetros quadrados, passando para 18.161 em 1996, e

para uma estimativa de 13.037 em 1997. O diretor destacou ainda a informação de que entre 40 e 50% da alteração da cobertura vegetal ocorreu em terras do tamanho inferior a 50 hectares.

Márcio Nogueira Barbosa contestou notícias publicadas na imprensa dando conta de atraso na divulgação dos dados do Inpe para favorecer ações do governo.

- Isso não tem o menor cabimento. Recebemos instruções explícitas do governo para disponibilizar dados o mais rápido possível. Nos sentimos ofendidos com essa especulação. Os atrasos foram provocados pela complexidade que esse levantamento, em particular, teve, já que foi o mais refinado que a instituição fez até hoje - disse ele. Segundo Márcio Nogueira Barbosa, o Brasil realiza o mais importante sensoriamento remoto de florestas do mundo, apresentando os dados mais confiáveis.

O trabalho relativo ao desflorestamento entre os anos de 1995 e 1997 custou cerca de R\$ 2,5 milhões e durou quatro meses, conforme informou o diretor.

Sensoriamento remoto cobre 5 milhões de km²

O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, disse que o projeto de sensoriamento remoto desenvolvido na região pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) cobre uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados.

Conforme o ministro, pela primeira vez, no estudo relativo aos anos de 1995 a 1997, o Inpe conseguiu examinar o desflorestamento quanto ao tipo de vegetação e ao tamanho da área desflorestada. Também pela primeira vez, o ministério e o instituto conseguiram fornecer os dados à fiscalização no prazo adequado, informou.

Israel Vargas acrescentou que o trabalho de observação da Amazônia vem sendo feito há 20 anos, que o Brasil tem consciência de sua responsabilidade perante a humanidade e que é o único país que conduz esse tipo de trabalho, tornando públicos os resultados de suas observações.

Ele se referiu às próximas tarefas do setor, entre as quais completar o monitoramento relativo a 1997, a ser entregue ao Ibama antes da fase crítica (julho próximo), investir em refinamento técnico, ampliar os conhecimentos sobre regeneração da cobertura vegetal e aumentar a capacitação nacional em sensoriamento remoto.

Vargas concluiu sua intervenção afirmando que o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia é o de fotografar e de identificar a realidade para fornecer ao governo e à sociedade elementos que sirvam para a elaboração de uma legislação adequada à região amazônica.

DESMATAMENTO

Krause anuncia plano de combate à devastação da Amazônia Legal

O ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, anunciou como uma das principais medidas para o combate ao desflorestamento a adoção de um plano de desenvolvimento agrícola para reconversão de áreas degradadas da Amazônia, em fase de acabamento e que contempla, ao mesmo tempo, as políticas ambiental e agrícola.

Krause citou como outra medida importante o voto que será adotado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em sua próxima reunião, de ampliação das possibilidades do Programa Nacional de Fortalecimento da



Krause pregou reconversão de áreas degradadas

Agricultura Familiar (Pronaf) para atividades de manejo florestal sustentável. Citou ainda o envio, ao Congresso, de projeto de lei criando a possibilidade de concessão de florestas públicas.

Ele disse que as informa-

ções do Inpe têm um valor inestimável, por sua transparência e pelo domínio democrático que se tem delas.

Segundo o ministro, os dados estimulam uma mobilização política e revogam uma das coisas mais equivocadas

que existem na definição de políticas públicas: o "achismo" e o empirismo.

- Revogam também a eleição de mitos e demônios - acrescentou o ministro, para depois dizer que as informações do Inpe subsidiam corretamente as intervenções na região amazônica.

Gustavo Krause garantiu ainda que o governo, agora, não está correndo mais atrás dos efeitos, o que é um dos dramas da gestão ambiental, mas identificando causas. E destacou a capacidade de reação do governo diante dos dados levantados pelo Inpe, como a edição de uma medida provisória que restringiu a área a ser desmatada em cada propriedade.

ONGs cobram implantação de políticas

Os representantes das organizações não-governamentais (ONGs) presentes discutiram políticas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra, questionou o que considera como uma distância considerável entre as políticas apresentadas (legislação) e a real implementação das mesmas na região amazônica.

Para o representante do Fundo Mundial para a Natureza, Garo Batmanian, "é extremamente louvável a medição da taxa de desmatamento", por parte do Inpe, porém é preciso, segundo ele, a implantação de políticas setoriais para o desenvolvimento da Amazônia. Ele considera o instituto um detector de temperatura, que mede a "febre" e não a "doença".

Fábio Vaz de Lima, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), criticou a ausência de propostas do governo, principalmente no que se refere à questão do extrativismo.

A representante do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), que é uma instituição independente sediada em Belém (PA), Adriana Moreira, falou sobre os resultados de trabalho de campo feito pela entidade em 287 propriedades e que relacionou a área desmatada em relação ao tamanho da propriedade. Segundo os dados que apresentou, as queimadas e desmatamentos distribuíram-se da seguinte forma: 21% em propriedades de menos de 100 hectares; 36% em propriedades entre 100 a 1.000 hectares; 27% em propriedades entre 1.000 a 5.000 hectares; e 16% em propriedades com mais de 5.000 hectares.

A representante do Ipam disse também que a taxa de desmatamento anual, por tamanho de propriedade, é a seguinte: 4% na pequena propriedade; 3% na média; 3% na grande; e 2% na muito grande (maior que 2 mil hectares).

Ibama aponta principais causas das agressões

O presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins, relacionou como causas do desflorestamento na Amazônia, de acordo com estudos do instituto, a produção agropecuária, a segurança alimentar, a desvalorização do preço da terra, a exploração da madeira e as invasões de terra. Ele defendeu, na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, a necessidade de ser alterada "a lógica de conversão da floresta de natureza predatória", como acontece na região.

Martins destacou que, em 1997, foi registrado um recorde de apreensão de madeira - 710 mil metros cúbicos de madeira em tora e 22 mil metros cúbicos de madeira serrada - e foram aplicadas multas no valor total de R\$ 11,29 milhões. As empresas de capital estrangeiro foram multadas em cerca de R\$ 1 milhão, e tiveram 80 mil metros cúbicos de madeira apreendidos - madeira que pôde ser formalmente vinculada às empresas estrangeiras.



A audiência pública, bastante concorrida, foi solicitada pela senadora Marina Silva, oriunda da Amazônia

Segundo o presidente do Ibama, a produção agropecuária requer o desflorestamento devido à necessidade de incidência direta de luz solar sobre culturas ou pastagens, de limpeza da terra e de aproveitamento dos nutrientes da floresta.

O presidente do Ibama informou que houve um crescimento do rebanho bovino de 16 para 20 milhões de cabeças, entre 1992 e 1996, que a produção de grãos aumentou

de 5.500 toneladas para 9.150 toneladas no mesmo período, e que a população na região cresce na ordem de 4% ao ano, contra uma média nacional de 2,7%.

- Vinte milhões de pessoas dependem, em parte, da produção de alimentos daquela região - acentuou

Eduardo Martins referiu-se ainda à cultura de subsistência, que depende do ciclo corte raso - das queimadas -, e à pressão que as invasões de

terra exercem para o desmatamento - somente em 1997, informou, as áreas invadidas ou destinadas a assentamentos somaram 1 milhão e 240 mil hectares. Quanto à exploração da madeira, o presidente do Ibama afirmou que ela não produz diretamente o desflorestamento, sendo indutora do processo, como financiadora desse desflorestamento. E informou que 90% da madeira de lei consumida no país vem da Amazônia.

Presidente do Senado nega que tenha faltado com a sobriedade que o seu cargo exige e sustenta que o sucessor do Banco Econômico, por ter sido beneficiado com recursos do Proer, não pode demitir empregados

ACM defende baianos e critica o Excel

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a condição de presidente do Senado não o impede de defender o povo baiano contra as demissões que o Banco Excel-Econômico vem fazendo em seu estado e no Nordeste. Ele foi citado em editorial e em artigo da *Folha de S. Paulo* como tendo faltado com a sobriedade do cargo ao manifestar-se sobre o banco.

O senador esclareceu que apenas respondeu o seguinte ao jornalista que lhe indagou sobre o que faria diante de um banco que passou a demitir empregados, apesar de beneficiado pelo Proer: "Já fiz. Retirei o depósito que tinha no Excel-Econômico e passei para outro banco, numa demonstração de desaprovação". Na avaliação do presidente do Senado, isso não é faltar com a sobriedade.

- Em defesa da Bahia, eu faço o que é necessário, porque este é o meu dever. Por isso é que sou senador da Re-



Antonio Carlos: contra injustiças

pública. Sou presidente do Senado com muita honra. Não quebrei nada da sobriedade do Senado e não quebrarei enquanto estiver na presidência.

Antonio Carlos Magalhães observou que, "quando se trata de banco, é difícil ter o apoio da mídia", mas ressaltou que se sente com a consciência tranquila e até solidário com o Partido dos Trabalhadores, contra as demissões promovidas pelo Excel-Econômico. Ele

lembrou ter apresentado emenda para impedir que um banco beneficiado com recursos do Proer pudesse demitir indiscriminadamente.

Disse também que esse programa de reestruturação financeira não foi criado para beneficiar os bancos Econômico e Excel, mas o fato é que beneficiou, em decorrência da persistente luta do povo baiano. Explicou ainda que o Excel era um banco pequeno e que seu atendimento pelo Proer não foi feito para diminuir seus investimentos na Bahia, muito menos para que, depois de sanado, ele passasse a demitir funcionários antigos.

Referindo-se a discurso do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre as demissões do Excel (veja matéria abaixo), o presidente do Senado disse apoiar suas palavras e sustentou que defenderá o povo baiano sempre que este for injustiçado. "Não me inibo de defender a Bahia e o Nordeste, sobretudo em casos tão injustos como esse."

Josaphat pede interferência do governo contra demissões

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse ontem que, tendo beneficiado o Excel-Econômico com recursos do Proer, o governo não deve ficar alheio às demissões agora realizadas pelo banco. "É preciso que o governo tome conhecimento do assunto e interfira. Não se trata de negociação livre entre empresários e empregados", afirmou.

Josaphat Marinho lembrou que, quando da discussão dos projetos de incorporação do Nacional pelo Unibanco e do Econômico pelo Excel, uma das preocupações mais relevantes dizia respeito ao pessoal que trabalhava nessas instituições. "Em mais de uma oportunidade salientei que, recebendo favores do Proer, eles não deviam ficar livres para demitir funcionários", recordou.

Ele destacou que os jornais da Bahia estão noticiando que 4 mil servidores já foram demitidos no Excel, 3 mil deles só na Bahia. Conforme salientou, o banco estaria fechando agências e transferindo atividades para outros estados. Os bancários estariam se reunindo para discutir o assunto, mas para o senador "o essencial é que o governo dê uma cobertura aos ameaçados de demissão, já que o banco recebeu recursos do Proer".

Josaphat explicou que, sem esses recursos, o Excel não teria adquirido o Econômico, daí ser injusto, a seu ver, que o banco agora faça demissões em massa de servidores. Na sua opinião, instituições que recebem favores do poder público são perfeitamente passíveis de interferência do governo quando atuam injustamen-



Josaphat: quadro agravado

te, como, assinalou, vem fazendo o Excel.

O senador disse que essas demissões agravam o desemprego em todas as regiões do país, inclusive nas mais desenvolvidas. Por isso, conforme frisou, "não é certo que o governo fique alheio a essa situação, que é grave e de extrema injustiça".

Tuma elogia mulher na chefia da Polícia Judiciária

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou ontem a indicação de Elaine Maria Biazolla para o comando das unidades de Polícia Judiciária da Zona de São Mateus, uma das mais difíceis da capital paulista. Segundo o senador, doutora Elaine era titular do Quarto Distrito Policial.

- Quando nos aproximamos do Dia Internacional da Mulher, a indicação da doutora Elaine para ocupar cargo de tão grande responsabilidade aflora como medida de reconhecimento à mãe, irmã, filha e esposa brasileiras, que naquela autoridade policial cristalizam seus próprios sonhos de afirmação e reconhecimento de nossa sociedade - afirmou Romeu Tuma, observando que o "machismo" que imperava no setor sempre tentou impedir o ingresso de mulheres na Polícia.

Tuma ressaltou também a sanção, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, da lei de combate à lavagem de dinheiro, assinalando que a medida vai acabar com a grande "lavanderia" que funciona no país. O senador lembrou que vários temas liga-



Tuma: competência feminina

dos ao tráfico de drogas serão discutidos durante este ano no Congresso.

No entanto, no entender do senador, não é preciso apenas reprimir como envolver toda a sociedade num conjunto de ações de combate às drogas. Romeu Tuma disse que o Brasil não pode ser considerado um exportador de drogas, embora se saiba do plantio de maconha na região do vale do rio São Francisco. Por isso, prometeu uma análise mais profunda do relatório da ONU sobre o assunto.

No exercício da presidência do Senado, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) associou-se às homenagens à indicação de Elaine Maria Biazolla, que passa a ocupar cargo de chefia na Polícia paulista. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiou o discurso de Romeu Tuma.

Dutra lamenta morte de líder petista em Sergipe

O senador Eduardo Dutra (PT-SE) comunicou ontem o falecimento do líder petista Jovino Pinto, operário sergipano que foi um dos fundadores do PT em 1980. "Morreu como um grande homem, que lutou para construir um Brasil socialista e mais justo", disse o parlamentar.

Dutra mencionou sua tristeza pessoal e a do Partido dos Trabalhadores com a perda do líder, que, em 1982, candidatou-se a senador apenas para ajudar a legenda. E

acrescentou que, desde então, Jovino sempre "esteve na luta, pondo seu nome à disposição do partido para disputar cargos eletivos, com o objetivo de ajudar na construção do PT".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a Mesa se solidarizava com a dor do PT e comunicaria o pronunciamento de José Eduardo Dutra à família de Jovino Pinto como uma manifestação do próprio Senado.

Criado no governo Geisel, o programa destinava-se a financiar os estudos de adolescentes com menos recursos, mas hoje atende aos ricos, segundo o senador

Tebet propõe restaurar Crédito Educativo



Bezerra: prefeitos podem pouco

Bezerra quer mais recursos nas mãos dos prefeitos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse, em entrevista, que vencida a etapa das reformas constitucionais, a grande tarefa dos governantes e legisladores brasileiros deve ser "encontrar formas e meios para promover o desenvolvimento e ajudar a gerar empregos, tirar o país da estagnação e atacar as questões sociais, que são gravíssimas". Ele defende, entre outras iniciativas, uma reforma tributária que acabe com a concentração de recursos nas mãos da União e dê aos municípios a maior parte dos recursos públicos do país.

Carlos Bezerra não se conforma com o fato de que "para construir uma escola, fazer um posto de saúde ou conseguir um ônibus escolar, o prefeito tem de ir a Brasília". O senador defende uma reforma tributária que quebre a atual centralização de recursos nas mãos da União. Ele propõe colocar a maior parte dos recursos nas mãos dos municípios, depois outra parcela expressiva para os estados e, por último, o quinhão da União.

- No meu entendimento, a União deve cuidar apenas do planejamento geral do país, da política externa e das Forças Armadas, nada mais que isso - argumenta.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo ontem para que os recursos destinados ao Programa do Crédito Educativo sejam liberados pelo Tesouro, destacando que, embora o Ministério da Educação tenha destinado verbas para esse setor no Orçamento, os recursos não estão sendo liberados pelo Tesouro, medida essa que tem prejudicado inúmeros estudantes carentes em todo o país, uma vez que 70% dos nossos universitários estudam em escolas particulares.

Tebet lembrou que o Programa do Crédito Educativo foi criado pelo então presidente Ernesto Geisel, em 1975, para atender os estudantes caren-



Tebet: crédito maior vai para regiões ricas

tes nas regiões mais pobres do país. Hoje, entretanto, as regiões mais ricas vêm recebendo mais recursos que o Nordeste e a Amazônia.

O senador desmentiu também informações divulgadas pela imprensa, segundo as

quais a inadimplência no Crédito Educativo era de 70%. Tebet salientou que dados oficiais informam que essa inadimplência chega apenas a 12%.

Em aparte, o senador Odaí Soares (PFL-RO) disse que o aluno carente não tem condições de frequentar a universidade e pediu ao presidente Fernando Henrique para corrigir imediatamente essa questão da liberação das verbas para o Crédito Educativo. O senador sugeriu que o programa também fosse estendido às universidades federais para que o estudante rico que frequenta esse tipo de escola pague, posteriormente, também pelos seus estudos, o que segundo ele, resultaria num lucro final para o governo que investe grande parte dos recursos destinados à educação às universidades federais.

Maldaner festeja conquistas culturais brasileiras no exterior

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou o papel da cultura brasileira no resgate da identidade do país, ao prestar homenagem às recentes premiações conseguidas pelo filme *Central do Brasil*, no último Festival de Cinema de Berlim. A obra de Walter Salles recebeu o Urso de Ouro, concedido ao melhor filme do festival. Além disso, Fernanda Montenegro levou o Urso de Prata como melhor atriz.

Maldaner destacou, ainda, a indicação do filme *O Que É Isso, Companheiro?*, de Bruno Barreto, ao Oscar de melhor filme estrangeiro, e a recente premiação de Milton



Maldaner: resgate da auto-estima nacional

Nascimento com o *Grammy*, o mais importante prêmio da indústria fonográfica dos Es-

tados Unidos.

Para o parlamentar, trata-se "da prova concreta de como o nosso povo é forte, determinado e perseverante". Casildo Maldaner acredita que o cinema e a música resgatam a auto-estima e o orgulho nacionais.

- Tenho certeza de que muitos outros prêmios serão recebidos por outros segmentos da nossa cultura e que, por consequência, serão prêmios estendidos aos brasileiros que fazem deste país uma nação - concluiu.

Pioneiros de Brasília no Meio-Dia

O filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*, do cineasta Vladimir de Carvalho, será apresentado hoje, às 12 horas, no Auditório Petrônio Portella, dentro do projeto *Cultura ao Meio-Dia*, de-

envolvido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal.

A obra enfoca a vida de milhares de homens e mulheres que vieram de vários estados nordestinos, na dé-

cada de 50, para trabalhar na construção da nova capital do Brasil. Oscar Niemeyer, Juscelino Kubitschek e conhecidos pioneiros de Brasília são destacados no filme.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o projeto, proposto pelo senador, que cria um programa de moradia básica (Promor)

8h - Debate entre o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes sobre a reforma da Previdência

9h30 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o projeto, proposto pelo senador, que cria um programa de moradia básica (Promor)

10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação da proposta de emenda a Constituição que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país (vivo)

14h30 - Sessão plenária - terceiro dia de discussão em segundo turno da reforma administrativa

18h45 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o projeto, proposto pelo senador, que cria um programa de moradia básica (Promor)

19h30 - Debate com o senador João Rocha (PFL-TO) e o deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a construção civil no país

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador João Rocha (PFL-TO) e o deputado federal Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a construção civil no país

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Constituição e Justiça

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Novo sistema, segundo o senador, permitirá comparação dos preços declarados pelos importadores com os valores praticados no mercado

João Rocha prevê fim de fraude com o controle aduaneiro

"O Brasil começa a reagir contra as fraudes nas importações", disse ontem o senador João Rocha (PFL-TO), ao elogiar as medidas que serão adotadas em breve pelo governo federal visando à criação de um sistema de vigilância aduaneira. Segundo o senador, essas fraudes se aprofundaram depois da abertura da economia brasileira e "causam prejuízos incalculáveis às nossas indústrias, geram desemprego em nosso país e contribuem para o agravamento do déficit nas nossas contas com o exterior".

Para João Rocha, o sistema de vigilância permitirá a comparação dos preços declarados pelos importadores com os valores praticados no mercado internacional, evitando tanto o subfaturamento quanto o superfaturamento nas importações.

Com o subfaturamento, explicou, os importadores pa-



João Rocha: pela vigilância gam menos impostos e, assim, podem competir de forma desleal no mercado interno, enquanto o superfaturamento, uma "prática antiga", permite a remessa de dólares para o exterior fora dos canais oficiais.

O senador acredita que grande parte do problema se concentra nas transações com países da Ásia. Para comprovar, apresentou números relativos ao comércio do Brasil com aquele continente: "As nossas exportações para a Ásia, no mês de janeiro do ano

corrente, caíram 19,7%. Já em relação às importações brasileiras, o bloco asiático foi o único a apresentar crescimento em suas vendas para o país, com 20,9% de dezembro do ano passado para janeiro deste ano".

João Rocha também elogiou campanha desenvolvida pela indústria "com o objetivo de mostrar à população brasileira que os produtos importados não são necessariamente melhores do que os nacionais". O senador destacou, ainda, o Programa Especial de Apoio às Exportações, anunciado pelo governo federal, e que prevê um crescimento das exportações a um total de 100 bilhões de dólares no ano 2002.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que os preços praticados muitas vezes não são os adotados pela indústria estrangeira, e sim pelo contrabando, "o que arruinou a indústria têxtil e de calçados do país".

Gilvam rejeita crítica de governador à bancada do Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) refutou ontem os comentários feitos pelo governador do Amapá, João Capiberibe, que, em artigo na imprensa, atribuiu à bancada federal de seu estado a responsabilidade por alguns problemas de ordem financeira que têm ocorrido naquele estado.

Segundo Gilvam Borges, "nunca houve uma unidade tão grande na bancada do estado do Amapá como acontece hoje sob a liderança do senador e ex-presidente José Sarney". Por isso, atribuiu "à falta de uma política de planejamento do governo do estado e à falta de empenho do próprio governador Capiberibe" a não garantia da liberação e aplicabilidade dos recursos federais naquele estado.

- Nunca houve um governador tão corrupto no Amapá -



Gilvam Borges: estado saqueado

afirmou, destacando que, além de desonesto, Capiberibe é mentiroso e incompetente.

Ele pediu que os líderes do PSB, como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o senador Ademir Andrade (PA) investiguem a atuação do governador, porque, no seu entender, "Capiberibe está saqueando o Amapá".

Amorim pede ação contra a "ditadura da imprensa"

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) repeliu ontem matéria da revista *IstoÉ*, intitulada "Me dá um dinheiro aí", que acusa o parlamentar de fazer de seu mandato um "balcão de negócios" ao solicitar à presidência do Senado o pagamento de dívidas com passagens aéreas e ao defender projeto de lei sobre o lobby. O senador acusou a revista de desvirtuar informações para denegrir sua imagem e cobrou providências para evitar novos problemas.

- A Casa deve tomar posição sobre a atuação da imprensa, pois hoje vivemos a ditadura do setor. Um exemplo é a imprensa de Rondônia, que está 90% alugada para acobertar mazes e falcaturas do governo local - denunciou.

Amorim voltou a declarar que o salário líquido de R\$ 5,5 mil é insuficiente para o desempenho do cargo e solicitou mais recursos para cada senador. "Seria



Amorim: respostas à IstoÉ

demagogia dizer que R\$ 5,5 mil são suficientes para custear as despesas do mandato", disse.

Amorim defendeu projeto do ex-senador Marco Maciel, que trata do lobby no Legislativo. O projeto, observou, assegura a "transparência na gestão da coisa pública", ao estabelecer que quem exerce atividade tendente a influenciar o processo legislativo deve registrar-se perante as Mesas do Senado e da Câmara, e informar suas receitas e despesas.

Hollanda cobra incentivos para produtor de algodão

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu a necessidade de o governo incentivar a cultura de algodão, alertando para os efeitos negativos da crescente importação do produto na "desequilibrada" balança comercial brasileira. Viabilizar crédito com taxas de juros compatíveis com o mercado internacional e fornecer insumos e equipamentos mínimos necessários aos produtores nacionais foram consideradas pelo senador "medidas que não podem ser adiadas".

De acordo com Hollanda, sem estímulos efetivos, os produtores têm aderido a outras culturas, o que, a seu ver, explica a redução da produção



Joel de Hollanda: juro compatível interna para menos da metade só neste ano, conforme anunciou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

- É possível reerguer a cultura do algodão no Nordeste de modo consistente se forem conjugados os esforços de di-

ferentes esferas do setor público aos dos produtores. Não é possível dispensarmos uma tal oportunidade de avanço econômico para a região - defendeu Hollanda.

O senador considerou outro forte motivo para o incentivo à cotonicultura o fato de a indústria têxtil no Brasil ser responsável por 11% do Produto Interno Bruto do setor. Ao analisar estimativa da Conab que indica crescimento nas importações brasileiras de 39% em relação ao ano passado, Joel de Hollanda chamou atenção para a "séria vulnerabilidade que pode resultar dessa dependência excessiva".

Novo sistema, segundo o senador, permitirá comparação dos preços declarados pelos importadores com os valores praticados no mercado

João Rocha prevê fim de fraude com o controle aduaneiro

"O Brasil começa a reagir contra as fraudes nas importações", disse ontem o senador João Rocha (PFL-TO), ao elogiar as medidas que serão adotadas em breve pelo governo federal visando à criação de um sistema de vigilância aduaneira. Segundo o senador, essas fraudes se aprofundaram depois da abertura da economia brasileira e "causam prejuízos incalculáveis às nossas indústrias, geram desemprego em nosso país e contribuem para o agravamento do déficit nas nossas contas com o exterior".

Para João Rocha, o sistema de vigilância permitirá a comparação dos preços declarados pelos importadores com os valores praticados no mercado internacional, evitando tanto o subfaturamento quanto o superfaturamento nas importações.

Com o subfaturamento, explicou, os importadores pa-



João Rocha: pela vigilância gam menos impostos e, assim, podem competir de forma desleal no mercado interno, enquanto o superfaturamento, uma "prática antiga", permite a remessa de dólares para o exterior fora dos canais oficiais.

O senador acredita que grande parte do problema se concentra nas transações com países da Ásia. Para comprovar, apresentou números relativos ao comércio do Brasil com aquele continente: "As nossas exportações para a Ásia, no mês de janeiro do ano

corrente, caíram 19,7%. Já em relação às importações brasileiras, o bloco asiático foi o único a apresentar crescimento em suas vendas para o país, com 20,9% de dezembro do ano passado para janeiro deste ano".

João Rocha também elogiou campanha desenvolvida pela indústria "com o objetivo de mostrar à população brasileira que os produtos importados não são necessariamente melhores do que os nacionais". O senador destacou, ainda, o Programa Especial de Apoio às Exportações, anunciado pelo governo federal, e que prevê um crescimento das exportações a um total de 100 bilhões de dólares no ano 2002.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que os preços praticados muitas vezes não são os adotados pela indústria estrangeira, e sim pelo contrabando, "o que arruinou a indústria têxtil e de calçados do país".

Gilvam rejeita crítica de governador à bancada do Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) refutou ontem os comentários feitos pelo governador do Amapá, João Capiberibe, que, em artigo na imprensa, atribuiu à bancada federal de seu estado a responsabilidade por alguns problemas de ordem financeira que têm ocorrido naquele estado.

Segundo Gilvam Borges, "nunca houve uma unidade tão grande na bancada do estado do Amapá como acontece hoje sob a liderança do senador e ex-presidente José Sarney". Por isso, atribuiu "à falta de uma política de planejamento do governo do estado e à falta de empenho do próprio governador Capiberibe" a não garantia da liberação e aplicabilidade dos recursos federais naquele estado.

- Nunca houve um governador tão corrupto no Amapá -



Gilvam Borges: estado saqueado

afirmou, destacando que, além de desonesto, Capiberibe é mentiroso e incompetente.

Ele pediu que os líderes do PSB, como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o senador Ademir Andrade (PA) investiguem a atuação do governador, porque, no seu entender, "Capiberibe está saqueando o Amapá".

Amorim pede ação contra a "ditadura da imprensa"

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) repeliu ontem matéria da revista *IstoÉ*, intitulada "Me dá um dinheiro aí", que acusa o parlamentar de fazer de seu mandato um "balcão de negócios" ao solicitar à presidência do Senado o pagamento de dívidas com passagens aéreas e ao defender projeto de lei sobre o lobby. O senador acusou a revista de desvirtuar informações para denegrir sua imagem e cobrou providências para evitar novos problemas.

- A Casa deve tomar posição sobre a atuação da imprensa, pois hoje vivemos a ditadura do setor. Um exemplo é a imprensa de Rondônia, que está 90% alugada para acobertar mazes e falcaturas do governo local - denunciou.

Amorim voltou a declarar que o salário líquido de R\$ 5,5 mil é insuficiente para o desempenho do cargo e solicitou mais recursos para cada senador. "Seria



Amorim: respostas à IstoÉ

demagogia dizer que R\$ 5,5 mil são suficientes para custear as despesas do mandato", disse.

Amorim defendeu projeto do ex-senador Marco Maciel, que trata do lobby no Legislativo. O projeto, observou, assegura a "transparência na gestão da coisa pública", ao estabelecer que quem exerce atividade tendente a influenciar o processo legislativo deve registrar-se perante as Mesas do Senado e da Câmara, e informar suas receitas e despesas.

Hollanda cobra incentivos para produtor de algodão

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu a necessidade de o governo incentivar a cultura de algodão, alertando para os efeitos negativos da crescente importação do produto na "desequilibrada" balança comercial brasileira. Viabilizar crédito com taxas de juros compatíveis com o mercado internacional e fornecer insumos e equipamentos mínimos necessários aos produtores nacionais foram consideradas pelo senador "medidas que não podem ser adiadas".

De acordo com Hollanda, sem estímulos efetivos, os produtores têm aderido a outras culturas, o que, a seu ver, explica a redução da produção



Joel de Hollanda: juro compatível interna para menos da metade só neste ano, conforme anunciou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

- É possível reerguer a cultura do algodão no Nordeste de modo consistente se forem conjugados os esforços de di-

ferentes esferas do setor público aos dos produtores. Não é possível dispensarmos uma tal oportunidade de avanço econômico para a região - defendeu Hollanda.

O senador considerou outro forte motivo para o incentivo à cotonicultura o fato de a indústria têxtil no Brasil ser responsável por 11% do Produto Interno Bruto do setor. Ao analisar estimativa da Conab que indica crescimentos nas importações brasileiras de 39% em relação ao ano passado, Joel de Hollanda chamou atenção para a "séria vulnerabilidade que pode resultar dessa dependência excessiva".